

Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

Processo nº. 124/2023

PROJETO DE LEI EXECUTIVO: № 044/2023;

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL;

EMENTA: "ALTERA LEI N° 2.366/2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER

RECURSO PECUNIÁRIO AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O

BRASIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Parecer nº: 211/2023

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei nº 044/2023 que "ALTERA LEI N° 2.366/2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER RECURSO PECUNIÁRIO AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Instruem o pedido, no que interessa: (i) ofício; (ii) Mensagem; (iii) Minuta do Projeto de Lei 044/2023.

Em apertada síntese, o Executivo Municipal apresentou o projeto em que explana como objetivo a alteração da Lei 2.366/2014, no que tange ao recurso pecuniário a ser pago mensalmente para os médicos integrantes do programa MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL, prevendo os valores de R\$ Página 1 de 4

Rua João Ivo Aguilar, nº 202 - Centro - Muniz Freire/ES CEP: 29.380-000.





Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

700,00 (setecentos reais) para despesas com alimentação e o valor de R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais) para despesas com a moradia.

É o breve relatório, segue Parecer opinativo.

FUNDAMENTAÇÃO

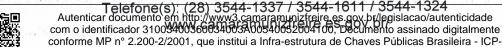
Inicialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica cinge-se somente à matéria jurídica envolvida, nos termos de sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes e da decisão do Plenário.

Quanto ao aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para a apreciação da matéria e preenche os requisitos estabelecidos nos artigos 190, alínea "b" e 202 do Regimento Interno desta casa de leis.

No tocante a competência, a proposição em análise é de competência do Município, pois compete a este legislar sobre assuntos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, incliso I da Constituição Federal.

Ademais, a Lei Municipal 2.366/2014, em seu art.3º, é clara ao dispor que "Fica o Poder Executivo também autorizado a custear as despesas com moradia e locomoção dos profissionais médicos, conforme as disposições legais que regem o programa".

Página 2 de 4



Brasil.



Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

Vale ponderar, ser justo e legal o presente projeto apresentado pelo Executivo Municipal, haja vista que tem por objetivo a valorização e o incentivo aos profissionais da saúde, acrescentando ao art. 2º da Lei 2.366/2014, o comando legal para custear a moradia dos médicos que não residem no Município, mas que aqui estão lotados para a realização de suas atividades laborais, com auxílio pecuniário no valor de R\$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais).

Importante salientar, que atualmente a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de imóvel para receber/manter esses profissionais que não residem no Município, ou nas suas proximidades.

Destarte, ressaltamos que, incumbe a esta Procuradoria Geral prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar nas razões e pertinência temática do projeto, motivo pelo qual o presente posicionamento contém natureza opinativa, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento ou não das razões expostas.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, s.m.j., não se vislumbra óbice ao pretendido, visto que o presente Projeto de Lei Executivo atende aos pressupostos constitucionais e legais, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos envolvidos, que escapam à análise desta Procuradoria Jurídica, e pelos fundamentos apresentados, conclui-se e exara-se parecer favorável, prosseguindo-se ao regular processo de tramitação do Projeto de Lei 044/2023, Página 3 de 4

Rua João Ivo Aguilar, n° 202 - Centro - Muniz Freire/ES CEP: 29.380-000.





Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

submetendo-o para análise das Comissões Temáticas desta Casa, e posteriormente, à deliberação Plenária.

Muniz Freire/ES, 11 de outubro de 2023.

MATHEUS DOS REIS SOBREIRA OAB/ES 19.505 **PROCURADOR GERAL**

JOÃO LUZ ALBANEZ OAB/ES 39.486 ASSESSOR DÉ APOIO JURÍDICO

Página 4 de 4



Rua João Ivo Aguilar, nº 202 - Centro - Muniz Freire/ES CEP: 29.380-000.